

A ILUSTRÍSSIMA SENHORA PREGOEIRA DO PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº.: 000398/2022

REF. PREGÃO PRESENCIAL nº.: 023/2022

LABORATÓRIO DE ANALISES CLINICAS

PROFISSIONAL - EIRELI, já qualificado nos autos do processo administrativo em epígrafe, neste ato representado, por sua sócia, **FABIANA ROCHA DA SILVA**, por seu procurador, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, interpor

RECURSO ADMINISTRATIVO

em face de decisão do RECURSO E CONTRA RECURSO ADMINISTRATIVO que habilitou o **LABORATÓRIO 18 DE JULHO DE PATOLOGIA CLÍNICA LTDA**, e inabilitou o LABORATÓRIO RECORRENTE, pelos fatos e fundamentos abaixo aduzidos:

DA TEMPESTIVIDADE

O Laboratório Recorrente manifestou seu interesse em recorrer conforme Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial – Ata nº 4-2022, nos termos do artigo

CARLOS EDUARDO DA SILVA ROSA
ADVOGADO

4º, XVIII, da Lei nº 10.520/02, sendo certo, que o câmputo inicial no dia 29/06/2022 e o prazo final no dia 01 de julho de 2022, portanto, demonstrada a TEMPESTIVIDADE.

DAS RAZÕES RECURSAIS

Em síntese trata-se de procedimento licitatório na modalidade de Pregão Presencial, o Laboratório Recorrente foi inabilitado após Recurso Administrativo do Laboratório Recorrido, que teve sua tese acolhida.

Todavia, o Contrato Social do Laboratório Recorrido tem integralizado a importância de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), senão vejamos as imagens do CNPJ e QUADRO SOCIETÁRIO abaixo colacionado:

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 09.257.605/0001-37 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 06/12/2007	
NOME EMPRESARIAL LABORATORIO 18 DE JULHO DE PATOLOGIA CLINICA LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) LABORATORIO DR. LACYR			PORTE EPP
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 86.40-2-02 - Laboratórios clínicos			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO AV DR. RICARDO GRIMALDO ESTIDES		NÚMERO 305	COMPLEMENTO SALA 10
CEP 36.660-000	BARRIO/DISTRITO ILHA DO LAZARETO	MUNICÍPIO ALEM PARAIBA	UF MG
ENDEREÇO ELETRÔNICO ECONTABILAP@YAHOO.COM.BR		TELEFONE (32) 3462-1041	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 06/12/2007	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

CARLOS EDUARDO DA SILVA ROSA
ADVOGADO

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	09.257.605/0001-37
NOME EMPRESARIAL:	LABORATORIO 18 DE JULHO DE PATOLOGIA CLINICA LTDA
CAPITAL SOCIAL:	R\$20.000,00 (Vinte mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:


Nome/Nome Empresarial:	LACYR MARCIO FERREIRA DE SOUZA
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:	PAULO CELSO NOGUEIRA DE ABREU
Qualificação:	22-Sócio

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Exibido no dia 01/07/2022 às 10:15 (data e hora de Brasília).

Destarte, o objeto licitatório no bojo do edital no item "XIII – DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA, 13.1, 13.1.1, 13.1.2", tem a importância total de R\$ 960.000,00 (novecentos e sessenta mil reais) conforme verificamos na imagem abaixo:

	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO <i>Secretaria Municipal de Administração</i>
---	--

XIII - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 - Os recursos orçamentários para o pagamento do objeto contratado correrão à conta das seguintes Reservas Orçamentárias:

13.1.1- Reserva Orçamentária nº 249/2022 – Projeto/Atividade 2.104 Manutenção da Atenção Básica, Elemento: 3.3.90.39.00.00.00.00.0600, Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; 250/2022 – Projeto/Atividade 2.086 Manutenção do Hospital Maternidade Santa Terezinha, Elemento: 3.3.90.39.00.00.00.00.0600, Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica e 251/2022 – Projeto/Atividade 1.158 Programa de Promoção à equidade, Elemento: 3.3.90.39.00.00.00.00.0621, Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

13.1.2- Valor total estimado da licitação R\$ 960.000,00 (Novecentos e sessenta mil reais)

Assevera-se que a legislação licitatória principalmente a Lei 8.666/93, no art. 31, §1º e art. 56 §2 dispõe da qualificação econômica financeira senão vejamos:

**Art. 31. A documentação relativa à
qualificação econômico-financeira
limitar-se-á a:**

(...)

**§ 1º A exigência de índices limitar-se-á à
demonstração da capacidade financeira
do licitante com vistas aos
compromissos que terá que assumir
caso lhe seja adjudicado o contrato,
vedada a exigência de valores mínimos
de faturamento anterior, índices de
rentabilidade ou lucratividade.**

(...)

**Art. 56. A critério da autoridade
competente, em cada caso, e desde que
prevista no instrumento convocatório,
poderá ser exigida prestação de garantia
nas contratações de obras, serviços e
compras.**

(...)



§ 2º A garantia a que se refere o caput deste artigo não excederá a cinco por cento do valor do contrato e terá seu valor atualizado nas mesmas condições daquele, ressalvado o previsto no parágrafo 3º deste artigo.

Neste sentido, a legislação acima tem o condão de resguardar o ente público do inadimplemento da execução dos seus contratos de prestação de serviço, estabelecendo a garantia do cumprimento do contrato. O percentual de 5% (cinco por cento) do valor do contrato não fere a isonomia dos licitantes, mas protege administração pública e seu erário.

No caso em tela o Laboratório Recorrido frisa-se tem integralizado a importância de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), ou seja, sendo assim como sociedade limitada sua responsabilidade é afeta ao capital social.

A legislação licitatória imprime a garantia de 5% do valor do contrato que corresponde à importância de R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais), visto que a contratação tem o valor total de R\$ 960.000,00 (novecentos e sessenta mil reais), fato que desqualifica o Laboratório Recorrido, pela falta de qualificação econômica financeira.

É dever do Poder Público zelar pelo patrimônio público e segurança do erário no certame licitatório.

Diante do exposto não restam dúvidas que o LABORATÓRIO 18 DE JULHO DE PATOLOGIA CLÍNICA deve ser INABILITADO/DESCCLASSIFICADO, diante da comprovada falta de

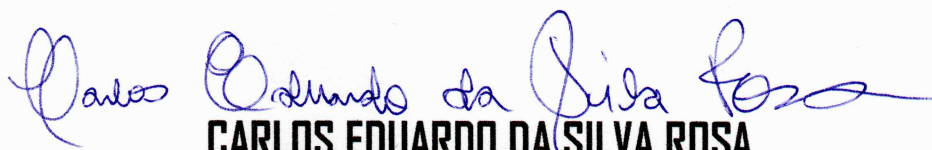
CARLOS EDUARDO DA SILVA ROSA
ADVOGADO

**qualificação econômica financeira, em consonância com a Lei 10.520/02
e Lei 8.666/93.**

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

São José do Vale do Rio Preto, 01 de julho de 2022.



CARLOS EDUARDO DA SILVA ROSA

OAB-RJ 149.211